

Nas trilhas da qualidade: algumas idéias, visões e conceitos sobre qualidade ambiental e de vida...

Solange T. de Lima Guimarães*

Resumo

Neste texto foram analisados algumas visões e conceitos sobre qualidade ambiental e qualidade de vida, buscando uma reflexão sobre as mudanças na percepção e interpretação ambiental dos conceitos em diferentes épocas.

Palavras-chave: Meio ambiente; qualidade ambiental; qualidade de vida; percepção ambiental; interpretação ambiental.

Abstract

In this text some visions and concepts on environmental quality and quality of life have been analyzed, searching for a reflection on the changes in the environmental perception and interpretation of the concepts at different times.

Key words: Environment; environmental quality; quality of life; environmental perception; environmental interpretation

*“Preservar a vida é o primeiro passo,
pois o segundo é conquistar a
qualidade que o viver precisa ter.”*

Regis de Moraes (1993: 23)

* Professora Doutora do Departamento de Geografia da UNESP – Rio Claro (hadra@uol.com.br - editores@olam.com.br).

Desde os períodos mais antigos da História, as preocupações com a qualidade ambiental e de vida das pessoas têm sido registradas, e, de acordo com Dubos (1974), apesar de suas variações espaço-temporais, sempre espelharam desejos, necessidades e expectativas semelhantes em todas as sociedades. Para comprovar este fato, encontramos registros arqueológicos que testemunham as ações no sentido da humanização das paisagens visando atender os mais diferentes tipos de necessidades individuais ou coletivas, subjetivas ou objetivas, imediatas ou não.

Nas narrativas bíblicas encontramos no *Livro de Deuteronômio* e *Levítico*, assim como nos comentários de textos do *Talmude* e da *Ética dos Pais*, referências sobre a transmissão de estatutos e juízos divinos que deveriam ser observados pelas comunidades sob a ótica de uma responsabilidade coletiva, de modo que não apenas fossem protegidas as condições relacionadas à propiciação da vida como também à sua própria conservação e preservação. Estas orientações à primeira vista de conotação religiosa, eram orientações ecológicas contemporâneas que tanto visavam resguardar aspectos relacionados à qualidade ambiental como à qualidade de vida, exigindo para a sua manutenção e equilíbrio, uma perspectiva atitudinal e condutual consciente e disciplinada por parte dos indivíduos e da comunidade, envolvendo pautas, valores e prioridades próprias de suas culturas. Para ilustrar estas considerações, selecionamos duas passagens, onde é destacado o papel do ser humano como responsável pelos processos de conservação, deterioração e recuperação do meio ambiente: [1] “*Veja as coisas que eu formei, como são lindas e louváveis! Tudo o que criei, o fiz por ti. Tenha cuidado para não estragar e desolar Meu mundo, pois se o estragares, ninguém o consertará depois de ti.*” (Midrash Rabá apud BUNIM, 2001: 299); [2] “*Na verdade a terra está contaminada por causa dos seus moradores porquanto transgridem as leis, violam os estatutos, e quebram a aliança eterna*” - (*Livro de Isaías*, capítulo 24: 5).

Dos relatos de Platão e Plínio, na Antiguidade, podemos observar que já existiam preocupações concernentes à manutenção

do equilíbrio da qualidade de vida e do meio ambiente das populações, bem como sobre as interferências humanas no ambiente físico e os impactos ambientais conseqüentes. Na Grécia, há 2.500 anos, Hipócrates em sua obra “*Ares, Águas e Lugares*”, considerava que “*os atributos físicos e de temperamento das várias populações da Europa e da Ásia eram determinados pelas características físicas de cada região em particular, tais como clima, topografia da região, composição do solo e qualidade da água*”, procurando assim identificar e analisar elementos e aspectos da paisagem que influenciavam na qualidade do relacionamento Homem/Meio Ambiente (DUBOS, 1974: 49).

Em meados do século XIX, estas mesmas antigas preocupações e outras mais, emergiram com intensidade crescente em razão das condições geradas pela multiplicidade de conseqüências dos processos, impactos e riscos diretos e indiretos relacionados às fases iniciais da Revolução Industrial. Este período histórico revelou imagens de um cenário de misérias e exclusões sociais, econômicas e ambientais marcadas pela intensa poluição, péssimas condições de trabalhos, deterioração dos ambientes naturais e construídos, baixa qualidade de vida, refletidas no acúmulo de resíduos, nos índices de longevidade e nas taxas de mortalidade, na alta concentração populacional nos centros urbanos, na expansão irregular e acelerada de áreas industriais, expressando também um caos nas inter-relações entre o ser humano e seu meio ambiente.

Por volta da segunda metade dos anos de 1.800, as reações e questionamentos diante destas conjunturas adquiriram visibilidade e força de expressão internacional, através de ações englobando campanhas e políticas visando melhorias dos índices de qualidade ambiental e de qualidade de vida. De acordo com Dubos (1974:193), a publicação das obras de Max von Pettenkoffer “*The Value of Health to a City*”, em 1873, e de Benjamin W. Richarson, “*Hygeia: A City of Health*”, em 1876, influenciaram e contribuíram muito para a elaboração e implementação de programas de planejamento urbano, habitacional, de saneamento, paisagístico,

tendo em vista os problemas que repercutiam nesta época, tanto aqueles relacionados a fatores ambientais externos como à experiência psicológica ambiental.

Da Antiguidade até nossos dias, muitas coisas mudaram profundamente, porém, muitas das conseqüências negativas dos impactos ambientais continuaram a predominar em nossas sociedades e seus espaços, alcançando níveis nunca antes imaginados em relação à perda do equilíbrio e da qualidade ambiental, bem como da qualidade de vida das pessoas. Ao causarem situações e danos irreversíveis para os ecossistemas naturais e construídos, exclusões e conflitos sócio-econômicos, ecológicos, culturais e psicológicos, ameaçaram e fragilizaram ainda mais as estruturas de segurança pessoal e global; enfim, refletiram os mais insólitos ângulos pertinentes às condições humanas.

Neste contexto, a partir dos anos posteriores ao final da II Guerra Mundial, o uso da expressão “qualidade de vida” se tornou comum (FAQUHR, 1995), sendo inicialmente utilizado com referência aos recursos materiais, e incluído no texto do *Relatório da Comissão dos Objetivos Nacionais*, pelo Presidente Eisenhower, em 1960, onde ele referia-se ao crescimento econômico, educacional, às condições de saúde e de bem-estar individual, à defesa do mundo não-comunista. (MENDES, 2003). Em relação à utilização da expressão “*qualidade de vida*”, verificamos também que a mesma foi utilizada em 1964 por outro Presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, ao referir-se aos índices de desenvolvimento, afirmando que “*os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas*” (FLECK, 1998).

Estas duas visões do conceito de qualidade de vida, mesmo ao considerarem aspectos relacionados ao bem-estar individual e coletivo, priorizaram fatores associados às preocupações das décadas imediatamente posteriores ao pós-guerra de 1945, marcadas pelas ideologias da guerra fria, pelas necessidades

emergenciais de reconstrução das economias de muitos países, pela reorganização espacial das fronteiras geopolíticas, pela ocorrência de processos de inclusão/exclusão de grupos sócio-culturais diferentes, pelo aumento da longevidade humana, procurando homogeneizar padrões de adaptação de diferentes sociedades e economias ao modelo norte-americano, ou seja, ao tão desejado estilo americano de viver da época (“*american dream*”), que serviu de padrão comparativo para muitos outros países fundamentarem suas estratégias para atingir melhores patamares de desenvolvimento sócio-econômico durante o período compreendido por estas décadas.

Durante as décadas de 50, 60 e meados 70, podemos observar quadros, formulários, tabelas, etc, elaborados para mensurar a qualidade de vida, onde verificamos itens de ordem objetiva alicerçando parâmetros subjetivos, a exemplo da capacidade de consumo e sentimentos de bem-estar, reconhecimento do status social, ou auto-realização. Posteriormente, o conceito incorporou também outras preocupações, valorizando parâmetros referentes às condições de saúde física e mental das populações, considerando-se, em especial, o aumento da longevidade. Muitos destes parâmetros de avaliação, baseados em dados e fontes oficiais, de caráter universal, receberam críticas severas justamente por excluírem os processos internos, psicológicos dos indivíduos, suas percepções, interpretações e representações, bem como da importância destes mesmos processos na determinação dos níveis de qualidade de vida.

Abalerón (1986/87: 103), comentando sobre os estudos desenvolvidos nesta época e que procuravam mensurar a qualidade de vida por meio da análise e avaliação de indicadores obtidos através de fontes estatísticas oficiais, destaca que os mesmos imprimiam uma validade e um caráter de universalidade aos dados, às informações e aos fenômenos externos aos indivíduos. Estes tipos de indicadores, porém, apresentavam natureza quantitativa, fundamentando-se em aspectos normativos e relacionados às

necessidades múltiplas e interativas, imperativas à sobrevivência e subsistência dos seres humanos e a busca de satisfatores, levando a um cenário de universalização das necessidades em relação às diferenças culturais, e das suas etapas do processo civilizatório. Neste contexto, podemos verificar também as transformações dos satisfatores, ou seja, dos meios e ações desenvolvidos para a satisfação das necessidades físicas, sociais e psicológicas. (ABALERON, 1986/87).

Em meados dos anos sessenta (BURTON, 1964; 1968; 1972), e durante os anos setenta é que registramos o aparecimento de trabalhos explorando abordagens e perspectivas experienciais, qualitativas sobre os conceitos de qualidade ambiental e qualidade de vida, tendo seu marco na publicação em 1973, em Paris, do *Expert Panel on Project 13: Perception of Environmental Quality/Final Report*, MAB Report Series/UNESCO, onde são analisadas: [1] a significância dos estudos sobre percepção da qualidade ambiental e do próprio conceito; [2] as proposições de diretrizes metodológicas e abordagens, e [3] os estudos dirigidos a áreas e/ou situações específicas (riscos ambientais, áreas ecológicas periféricas, parques nacionais e outras unidades de conservação, áreas de tombamento do patrimônio cultural, ambientes urbanos).

Neste relatório, o meio ambiente é considerado como um sistema multi-dimensional de complexas interrelações em contínuos estados de transformações (UNESCO, 1973: 11), sendo tomado o conceito de *percepção ambiental* no contexto deste relatório como “*is meant the ways in which man senses and understands the environment (natural and man-made), specially as influenced by social and cultural factors. This involves a consideration of the level of knowledge and its organization, the values that are placed upon environment, man’s preferences, and the way in which choices are exercised and conflicts resolved*” (UNESCO, 1973: 09).

A partir dos finais da década de setenta e principalmente durante a década de oitenta, observamos então, a emergência de

estudos enfocando aspectos subjetivos, qualitativos e apreciativos, que se fundamentaram na percepção das pessoas e dos grupos em relação a sua qualidade de vida, e na atualidade, também é incorporado como mais um critério, o dimensionamento físico-espacial sob diversas escalas.

A respeito dos estudos sobre as variações dos comportamentos em diferentes ambientes tendo em vista aspectos correlacionados à qualidade ambiental e de vida, vários autores analisaram situações envolvendo ambientes urbanos e rurais, baseando-se nos diversos níveis da experiência ambiental e das reações decorrentes – descritivas, globais, inferenciais, atitudinais, condutuais e preferenciais. Estes estudos abrangeram aspectos voltados à percepção e interpretação da qualidade da experiência ambiental, mais a busca de procedimentos de mensuração e de avaliações interativas, a exemplo, de categorias, escalas, amplitudes, etc. Também foram desenvolvidos estudos comparativos e aplicados sobre as concordâncias e discordâncias observadas nas reações inferenciais, atitudinais e preferenciais, fossem estas relativas à satisfação individual ou coletiva, respectivas aos ambientes naturais ou construídos e as influências diretas e indiretas, características e atributos, satisfações, insatisfações, etc. (WOHLWILL, 1966; 1970; HEIMSTRA & McFARLING, 1978; GODKIN, 1985).

Outros autores também estudaram e pesquisaram diversos aspectos concernentes às concepções de qualidade de vida onde variáveis e índices de desorganização espacial e social refletiam questões geradoras de indesejáveis efeitos físicos, sociais, interpessoais e psicológicos, influenciando nos diferentes tipos de conflitos desenvolvidos e relacionados à coexistência e convivência, que comprometiam tanto a qualidade ambiental como a qualidade de vida de distintas áreas estudadas e de seus habitantes, proporcionando níveis de estresse orgânico e/ou psicossocial para as comunidades envolvidas, influenciando as formas possíveis de adaptação temporária ou permanente no tocante aos processos de conservação e preservação da qualidade de vida.

Ainda inserido no cenário destes estudos, Wilhelm (1976: 133-135), ao considerar suas reflexões sobre a variação dos múltiplos aspectos e dos fatores objetivos e subjetivos, externos ou internos que se relacionam em contínua interatividade, influenciando o bem-estar individual e coletivo em suas várias dimensões (física, biológica, ecológica, cultural, psicológica, geográfica, etc), entende “*qualidade de vida*” como:

a sensação de bem-estar do indivíduo. Esta sensação depende de fatores objetivos e externos, assim como de fatores subjetivos e internos. O ambiente pode influir sobre ambas categorias de fatores, mas com eficiência e em momentos diversos. Por outro lado, há fatores que independem do ambiente circundante, pois se relacionam seja com estruturas psicológicas em seus aspectos mais profundos, seja com condicionamentos econômicos básicos.

Para o autor, a combinação e o encadeamento de diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, culturais e psicológicos, onde vários de seus aspectos relacionados ao bem-estar, auto-realização, desenvolvimento de satisfatores e sentimentos de felicidade estão integrados, podem propiciar maior ou menor índices de ofertas e demandas respectivas à qualidade ambiental e de vida, caracterizando a “região” de oportunidades e possibilidades onde a pessoa se encontra inserida.

Smith (1980), ao tecer considerações sobre o conceito de qualidade de vida, da satisfação das necessidades e desejos humanos, enfatiza as relações interativas de cooperação entre as pessoas, considerando que a *necessidade é imperativa* e o *desejo é induzido*, sendo determinados por fatores sócio-culturais, onde o grau de satisfação encontra-se estreitamente ligado às relações de consumo, serviços, poder sócio-econômico. Em sua reflexão fundamentada em Lasswell & Kaplan (1950), afirma que as necessidades humanas são regidas por dois conjuntos de valores respectivos ao indivíduo em si e às suas relações sociais de alteridade. O primeiro conjunto é concernente aos valores de bem-estar social que considera aspectos e questões tais como saúde, segurança, educação, etc. O segundo, é relativo aos valores de

deferência, respeito, integridade, afetividade, etc. A autora também analisa os referenciais teóricos elaborados por Maslow na década de cinquenta, onde o autor discute padrões de desenvolvimento social, elaborando categorias de necessidades superiores e inferiores, que distinguem as necessidades básicas de validação universal e aquelas pertinentes às necessidades percebidas, referentes aos desejos e aspirações, em dependência de contextos culturais diversificados e específicos.

Ainda sob a perspectiva apresentada por Maslow, Bravo & Vera (1993), consideram fundamental para a avaliação da qualidade de vida, a análise dos gradientes de satisfação ou insatisfação diante dos diversos níveis de necessidades humanas, tanto aquelas de ordem objetiva como subjetiva, simples ou complexas, orgânicas ou psicológicas. As autoras teceram suas reflexões e análises sobre as considerações teórico-metodológicas a respeito da operacionalização do conceito, a partir da classificação dos níveis de necessidades humanas apresentada por Maslow, onde observamos que estas necessidades permanecem e são encontradas em todas as sociedades, em condições espaço-temporais distintas:

- * alimentação, habitação, vestimenta;
- * segurança;
- * sentimento de pertinência e afetividade;
- * estima e reconhecimento social;
- * auto-realização (plenitude do ser).

A partir dos anos oitenta, mais do que nunca se falou em qualidade ambiental e de vida, fazendo destes conceitos, chaves para o desenvolvimento social, econômico, técnico-científico e pessoal. Também nunca se buscou tanto o desenvolvimento de instrumentais de análise e avaliação, assim como a produção, difusão e a adaptação dos mesmos para outras áreas geográficas além daquelas de origem. Mas obstáculos mostraram-se imperativos pois o que serve a uma região geográfica, a uma cultura pode não servir de modelo para outras realidades ambientais. Neste sentido dois fatores influenciam a avaliação da qualidade de vida: a dimensão geográfica e a dimensão cultural,

mesmo diante de um “universal cultural”, isto é, um conjunto de aspectos comuns observados em todas as sociedades humanas, considerando-se que nossa percepção e interpretação são influenciadas por diferentes filtros perceptivos.

De acordo com Abaleron (1986/87), para a satisfação das necessidades essenciais de uma pessoa, torna-se necessário o desenvolvimento efetivo de determinadas ações que têm como objetivo levar à qualidade de vida através da interação de vários fatores e elementos responsáveis tanto por situações de predisposição quanto de desencadeamento. A primeira seria referente aos aspectos subjetivos relativos à pessoa e suas necessidades, refletidos nas formas de seus desejos, aspirações e necessidades materiais e espirituais que se encontram em íntima dependência de contextos sócio-culturais, das etapas do processo civilizatório, onde as necessidades estariam correlacionadas à sobrevivência material, e a uma validação universal. A segunda, a situação desencadeante, é constituída pelas outras pessoas, famílias, grupos diferentes, a sociedade, o ambiente construído e a natureza, e as inter-relações que ocorrem neste mundo exterior.

Ao interagirem com as pessoas, estes fatores encontram-se submetidos a questionamentos fundamentais concernentes à existência, intensidade e sentido. Entretanto, a ocorrência destes fatores não é determinante por si só para influenciar a predisposição, pois é condição fundamental que eles estejam “presentes subjetivamente” no campo pessoal, adquirindo significados e fluindo no fator de acomodação às diversas situações ambientais, em especial, àquelas que apresentam níveis inferiores de qualidade de vida mas nem sempre são percebidas ou dotadas de significação pelas pessoas, em suas imagens de mundo. Deste modo, Abaleron 1986/87: 140) afirma que “*no basta proveer a la sociedad com suficientes satisfactores - em cantidad y calidad -, sino que las personas los deben percibir así, legitimamente*”.

A construção do conceito e as discussões decorrentes ganharam visibilidade nas últimas décadas, mas nenhum consenso foi atingido de modo satisfatório. Alguns autores apresentam

aspectos relacionados aos inúmeros componentes que delimitariam a qualidade de vida, em sua totalidade, envolvendo tanto as discussões acadêmicas quanto às públicas, concernentes aos critérios, tópicos e indicadores elegidos e estudados, níveis de bem-estar, etc, porém, esbarramos na incorporação da variação dos significados tanto no sentido individual quanto coletivo, assim como também dos valores atribuídos.

Alves (2003), ao estudar a percepção da qualidade ambiental urbana, reflete sobre a qualidade de vida de seus habitantes, fundamentando-se nos índices apresentados pelo Programa de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas através dos seus Relatórios de Desenvolvimento Humano, onde a expressão “qualidade de vida” cede lugar à de “desenvolvimento humano”. Esta substituição de expressões gerou críticas entre os especialistas, pois a nova expressão baseou-se, em um primeiro momento, principalmente nos tradicionais indicadores estatísticos, centrando-se em indicadores objetivos, sobre índices sócio-econômicos e demográficos, tais como escolaridade (nível de instrução); renda (nível de ingresso econômico digno), e esperança de vida (longevidade e vida saudável). Desta maneira, embora seja utilizado amplamente como instrumento de mensuração e avaliação de parâmetros de qualidade de vida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), exclui muitos aspectos de extrema significância para a avaliação da qualidade de vida, tais como a percepção e interpretação dos níveis de satisfação e de preferências individuais e coletivas, aspectos culturais e regionais.

Atualmente, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), conceituamos “qualidade de vida” como “*a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações*” (WHOQOL GROUP, 1994). Este conceito envolve uma pluralidade de dimensionamentos, abarcando seis níveis de domínios:

- Domínio I – Domínio Físico;
- Domínio II – Domínio Psicológico;

Domínio III – Nível de Interdependência;

Domínio IV – Relações Sociais;

Domínio V – Meio Ambiente;

Domínio VI – Aspectos Espirituais/Religião/Crenças Pessoais.

Os níveis perceptivos e interpretativos que são compreendidos por estes domínios envolvem faces objetivas e subjetivas, tais como a capacidade de acesso, de adaptação, de interação, de mobilidade, de participação, de disponibilidade, aprendizados, memória e experiências, entre outras. Deste modo, quando pensamos em percepção e interpretação da qualidade de vida, podemos considerar que à medida que temos diferentes grupos de população, representando diversas culturas, segmentos sociais, econômicos, etc., também temos percepções e interpretações distintas do que é a qualidade de vida, de seus significados e de suas significâncias, e até mesmo de seus processos de ressignificação num contexto de múltiplas variáveis individuais e coletivas de intervenção.

Em nosso estudo, sobre trilhas e vivências na Natureza, observamos indicadores subjetivos e qualitativos relacionados à percepção e interpretação ambiental de diferenciados grupos de pessoas (GUIMARÃES, 2004). Durante estes processos interativos de experiências e interpretações ambientais, utilizamos nossas faculdades cognitivas e perceptivas (TUAN, 1980), de modo que a apreensão do meio ambiente seja possível através da elaboração e construção de referenciais mediante dois níveis informativos:

- * Sistema sensorial (informações auditivas, visuais, olfativas, táteis);

- * Sistema não-sensorial (experiências, cultura, memória).

A assimilação destes dois níveis informacionais, leva-nos às construções das imagens e mapas mentais sobre nosso meio ambiente e conseqüentemente, traduz as visões e os graus de compreensão que temos dos níveis de sua qualidade, de seus estados, influenciando nossa percepção da qualidade ambiental e de vida, bem como de nossas atitudes e condutas visando a conservação ambiental, a preservação de nosso bem-estar e a

satisfação de nossos desejos, expectativas e necessidades individuais e coletivas.

Entretanto, quando falamos de qualidade de vida e de qualidade ambiental, de suas complementaridades e incompatibilidades, deparamo-nos com conceitos extremamente complexos e imbricados, algumas vezes plenos de controvérsias, de definições parciais, que não apresentam consensos satisfatórios, pois envolvem um sem número de aspectos interdisciplinares, de discussões filosóficas e científicas sobre visões políticas e culturais, necessidades universais, experiências individuais...

Se por um lado, a qualidade de vida e a qualidade ambiental podem ser mensuradas e avaliadas quantitativamente através de índices estatísticos sócio-econômicos, educacionais, sanitários, demográficos, culturais, ecológicos, bio-físicos, etc, por outro, abarcam concepções e relações subjetivas, que apresentam aspectos qualitativos referentes às questões do como percebemos, interpretamos e representamos nosso mundo vivido, nosso meio ambiente - de como dotamos seus atributos e significados, elegemos seus valores, de como entendemos as limitações e necessidades de diferentes pessoas e grupos, e, finalmente de como desenvolvemos os meios para atingirmos aquilo que desejamos e aspiramos, ou seja, como criamos nossos satisfatores, em razão de nossos arquétipos e padrões culturais apreendidos, de nossos códigos sociais e redes de comunicação.

Neste contexto, muitos equívocos são observados em relação aos conceitos de *qualidade ambiental* e de *qualidade de vida*, que acabam sendo utilizados por muitos como sinônimos, contudo, não o são. Qualidade ambiental é um conceito mais amplo, tendo em vista que o meio ambiente, consideradas as suas dimensões materiais e imateriais, pode ser analisado como substrato e mediador de todas as formas de vida, permitindo o desenvolvimento dos processos vitais, das relações ecológicas, da evolução dos ecossistemas naturais e construídos do planeta, da construção/destruição, ou seja, da evolução das paisagens externas e internas. Desta forma, entendemos qualidade ambiental também

como um conceito profundo, possuindo atributos de natureza quanti-qualitativa, ao abarcar a integralidade do conceito de meio ambiente, em suas dimensões tangíveis ou não, envolvendo todos os processos e condições que propiciam a plenitude da Vida.

Sem qualidade ambiental, inútil afirmar que teremos acesso às várias dimensões da qualidade de vida, mesmo estando inseridos em contextos ambientais diferenciados tanto do ponto de vista geográfico, cultural, social, econômico, ecológico, como das etapas do processo civilizatório, e, conseqüentemente, desenvolvendo distintas formas de percepção, interpretação, representação do meio ambiente, refletidas em nossas interferências.

Sem uma qualidade ambiental adequada, não temos qualidade de vida, seja do ponto de vista dos processos respectivos à paisagem natural e/ou construída (biosfera/tecnosfera) ou dos aspectos relacionados à Ecologia Profunda, a Ecopsicologia (ecologia social e ecologia da mente). Sob outra perspectiva, as análises das conjunturas ambientais têm revelado que a qualidade ambiental deteriora-se, degrada-se a cada dia ao longo dos anos, sem que sequer venhamos a perceber ou sentir que fazemos parte, que também somos responsáveis pelo conserto de nossos mundos exteriores e interiores, mediante atitudes e condutas proativas que expressem um compromisso ético de cooperação e a corresponsabilidade na conservação e preservação da Terra.

Mesmo considerando que podemos ter uma ótima qualidade ambiental e não termos padrões aceitáveis de qualidade de vida individual e coletiva, devido a problemas de acesso, inclusão, participação, pertinência, satisfação, adaptação, etc, a recíproca não é verdadeira: se tivermos o que julgamos ótima qualidade de vida individual ou coletiva, mas estivermos também inseridos em condições ambientais deterioradas, tais como excesso de níveis de poluição, contaminação de recursos hídricos, índices ameaçadores de segurança ambiental, entre outros aspectos, não adianta insistir, pois não teremos qualidade de vida, mesmo que não percebamos estas situações, ou alienemo-nos em relação a elas. Somos parte e esta é uma condição inexorável.

O desconhecimento das condições e das práticas efetivas que asseguram a conservação e a preservação da qualidade do meio ambiente, não significa que podemos desfrutar de uma qualidade de vida de excelência: uma coisa depende inteiramente da outra. Ao pensarmos em qualidade ambiental e qualidade de vida devemos pensar em atitudes e condutas de comprometimento e de respeito à ética e a justiça ecológica.

Cabe lembrarmos aqui que algumas das mudanças e transformações ambientais, políticas, sociais e econômicas (tanto aquelas de pequena como de grande magnitude, visibilidade, intensidade, etc), a que somos submetidos, nem sempre são percebidas no momento em que ocorrem, mas apenas posteriormente, através da percepção e constatação dos vários efeitos e de seus resultados em razão de nossas experiências cotidianas, acesso à informação e conhecimento, visão cultural e dos atributos e valores que conferimos ao meio ambiente, sensibilizando-nos em relação aos impactos positivos e negativos, e no último caso, sobre os meios preventivos, corretivos ou mitigadores.

Todavia, sob várias perspectivas, a conceituação de qualidade de vida muitas vezes se encontra descontextualizada do quadro da qualidade ambiental, refletindo contrapontos ideológicos e políticos, e até mesmo psicológicos através da divulgação e assimilação de mensagens pela mídia, subliminares ou não.

O estilo de vida preconizado pelo produtivismo e pelo consumismo, ícones da nossa sociedade, sem visar as possíveis conseqüências e infortúnios advindos de impactos ambientais negativos diretos e indiretos, utiliza estratégias de “*marketing*” agressivas e dirigidas aos diferentes segmentos de população. Nestes, o conceito de qualidade ambiental é transmitido como sinônimo de uma qualidade de vida enfocada (de forma distorcida), na aquisição de bens de consumo ou duráveis, e da utilização de serviços que sejam testemunhos de um status sócio-econômico destacado, ou ainda na qualidade associada a processos de produção (quer envolva “produtos humanos” ou coisas), sem levar

em conta a quebra, a ruptura dos processos ecológicos, culturais e psico-sociais causando a deterioração, a degradação e a degeneração das comunidades humanas e, por consequência, do seu patrimônio natural e construído.

Criamos tecnologias e acreditamos que ao transformarmos as paisagens da Terra, teríamos melhores condições para viver e produzir, porém, não sabíamos e nem conhecíamos os efeitos a médio e longo prazos destas interferências, e então extrapolamos às cegas em nosso livre arbítrio quanto às atitudes, condutas e comprometimentos assumidos, escolhidos entre a ação e a omissão, as maneiras ativas e passivas diante da deterioração ou perda de nossos ambientes e suas ambiências. Em nossa desesperada corrida por uma melhor qualidade ambiental, pessoal, profissional, total, esquecemos e confundimos os significados de **quantidade** e **qualidade**, e enveredamo-nos por trilhas que levam ao mito de um progresso que é movido pela **produção** e suas chaves: **mais** e **menos**. Assim, Incorporamos a identidade e o funcionamento da “*máquina humana*” (DUBOS,1974).

Vivemos em uma teia de relações diversas que beiram a um determinismo sócio-econômico e ambiental, onde as condições e escolhas de acesso, de ação e de liberdade, são restringidas por condicionamentos percebidos ou não, balizando nossas vidas. Sobre estas reflexões, Haldane *apud* Dubos (1974: 117), tece a seguinte afirmativa “(...) *Geralmente se admite que a liberdade exige igualdade de oportunidades. Não se compreende igualmente, que ela exige uma variedade de oportunidade*”.

Diante de um mundo em globalização, percebemos a inexistência das condições de igualdade e variedade, onde o acesso, a ação e a liberdade são por uma infinidade de vezes demarcados pela exclusão de possibilidades e oportunidades, em todos os seus sentidos, refletindo direta e indiretamente na qualidade ambiental e de vida das pessoas e de suas comunidades, numa degradação contínua e pertinente às relações de alteridades, reciprocidades e solitudes entre seres humanos e meio ambiente, verificando-se muitas vezes, a perda do significado do sentido de

pertinência e identidade com a paisagem vivida. Na visão da Ecologia Profunda, o sentimento de pertinência, de conexidade, de alteridade, de valores e de consciência integrados “*a partir da perspectiva de nossos relacionamentos uns com os outros, com as gerações futuras e com a teia da vida da qual somos parte*” (CAPRA, 2000: 26).

Morais (1993: 101), fundamentado em Maturana (1992), ao refletir sobre alguns dos aspectos concernentes a estas relações entre pessoas e meio ambiente, e as dimensões da Ecologia e, em especial, da ecologia da mente, afirma que: “*o necessário, pois, não é que destruamos o mundo que temos, para construirmos um outro ideal; mas apenas entendermos que só teremos de fato o nosso mundo com os outros, e que a razão só atinge seu real valor se mobilizada pelo desejo da convivência.*”

Para finalizarmos aqui nossas trilhas e reflexões, resta-nos a possibilidade de vislumbrarmos horizontes a partir de outros olhares e concepções sobre as várias faces envolvidas na qualidade ambiental e de vida, sejam estas fundamentadas tanto em nossos referenciais egocentrados como nos exocentrados, de maneira individual e/ou coletiva. Assim, no presente, podemos ter a oportunidade de resgatar velhas e de reconhecer novas formas de vivenciar e valorar o meio ambiente (ainda que de modo pontual, esparso e insuficiente), em suas várias dimensões ecológicas – a biosfera, a noosfera e a psicofera - de forma cooperativa e integradora, essencialmente em concordância com os princípios da Ecologia Profunda. (NAESS, 1988; BATESON, 1985; GUATTARI, 1990; MORAIS, 1993; GUIMARÃES, 2004). Neste rumo, teremos condições de “*mudar aquilo que de fato podemos mudar*” (MORAIS, 1993: 98).

Para todos nós, um exercício de esperança, um convite à ação e ao coexistir e conviver.

Referencias bibliográficas

ABALERON, C.A. *Condicionantes Objetivos y Percepción Subjetiva de Calidad de Vida en Areas Centrales y Barrios o Vecindarios*, **Revista de Geografia**, n. 5/6, 1986/87, pp. 103-142.

ALVES, Adriana C. **Qualidade de Vida e Processos Sócio-ambientais em Indaiatuba-SP. Estudo de caso do Bairro Jardim Morada do Sol**. Rio Claro: IGCE/UNESP, 2003 (Dissertação de Mestrado).

BATESON, Gregory. **Pasos hacia una ecología de la mente**. Buenos Aires: Ediciones Carlos Lohlé, 1985.

BRAVO, M. T. y VERA, S.F. *El Concepto de Calidade de vida: una revision de su alcance y contenido*, **Revista de Geografia Venezuelana**, vol.34, n.2, 1993, pp. 275-295.

BUNIM, I. **A Ética do Sinai – ensinamentos dos sábios do Talmud**. São Paulo: Sêfer, 2001.

BURTON, I. ; KATES, R.W. *The Perception of Natural Hazards in Resource Management*, **Natural Resources Journal**, 3: 412-441, 1964.

BURTON, I. ; KATES, R.W & WHITE, G.F. *The Human Ecology of Extreme Geophysical Events*, **Natural Hazard Research Working Paper**, n. 1. Toronto: Department of Geography, University of Toronto, 1968.

BURTON, I. *Cultural and personality variables in the perception of natural hazards*, In: WOHLWILL, J. & CARSON, D.H. (eds) **Environment and the Social Sciences: perspectives and applications**. Washington: American Psychological Association, 1972.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2000.

DACANAL, C. & GUIMARÃES, S.T.L. *Qualidade ambiental percebida por habitantes de condomínios horizontais (Ribeirão preto/SP)*, **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, Vol 5, nº 1, Abril / 2005, no prelo.

DACANAL, C. **Acesso Restrito: reflexões sobre a qualidade ambiental percebida por habitantes de condomínios horizontais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao IGCE/UNESP, campus de Rio Claro / SP, 2004.

DUBOS, R. **Um Animal Tão Humano**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1974.

FARQUHR, M. *Elderly People's Definition of Quality of Life*, **Social Science Medicine**, vol. 41, n.10, 1995, pp. 1439-1446.

FLECK, Marcelo et al. *Desenvolvimento do WHOQOL*, 1998. (<http://www.ufrgs.br/psi/whoqol1.html>), acesso: 17/08/2004.

GODKIN, Michael A. *Identidad y Lugar: aplicaciones clínicas basadas en las nociones de arraigo y desarrollo*, In: Ramón, M.D.G. (org.), **Teoria y Metodo en la Geografía Anglosajona**. Barcelona: Ariel Geografía, 1985, pp. 242-253.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Campinas: Papius, 1990.

GUIMARÃES, Solange T. Lima. **Imagens de Lugar: um estudo de percepção, interpretação e representação do meio ambiente**. Relatório Final de Atividades Científicas/FUNDUNESP, agosto 2004.

HEIMSTRA, N.W. & McFARLING, L.H. **Psicologia Ambiental**. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1978.

MATURANA, Humberto R. **El Sentido de lo Humano**. Santiago: Hachette, 1992.

MENDES, B. de C. **Envelhecimento Populacional e Qualidade de Vida**. Monografia apresentada para Exame de qualificação no Curso de pós-graduação em Geografia, IGCE/UNESP. Rio Claro, setembro 2003.

MORAIS, Regis de. **Ecologia da Mente**. Campinas: Editorial Psy, 1993.

NAESS, Arne. *Self Realization: an ecological approach to being in the world*, In: SEED, John *et al.* **Thinking Like a Mountain: towards a council of all beings**. Philadelphia: New Society, 1988.

SMITH, D. **Geografia Humana**. Barcelona: Oikos Tau, 1980.

UNESCO. Expert Panel on Project 13: Perception of Environmental Quality, Final Report/**Programme on Man and the Biosphere (MAB)**. Paris: UNESCO, 1973.

WILHEIM, J. **O Substantivo e o Adjetivo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

WOHLWILL, J. & CARSON, D.H. (eds) **Environment and the Social Sciences: perspectives and applications**. Washington: American Psychological Association, 1972.

Agradecimentos especiais à FUNDUNESP, pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa **Imagens de Lugar: um estudo de percepção, interpretação e representação do meio ambiente**.

Recebido em março de 2005

Aceito em julho de 2005